

• FUNÇÃO PÚBLICA ■ MAIS SACRIFÍCIOS À VISTA PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Governo vai rever tabelas salariais

■ Secretário de Estado da Administração Pública fez o anúncio em conferência do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, que se diz surpreendido

● LUÍS F. SILVA/RAQUEL OLIVEIRA

O Governo vai rever as tabelas salariais da Função Pública até ao final de 2012. O anúncio foi feito ontem, em Lisboa, pelo secretário de Estado da Administração Pública, explicando que a medida se insere no âmbito do acordo com a troika.

Hélder Rosalino não explicou os contornos desta revisão, mas tudo indica que será feita atendendo à diferença salarial entre o sector público e o privado. Note-se que, em Outubro, o primeiro-ministro disse que os salários na Administração Pública são, em média, 10 a 15% mais elevados do

que no privado, o que pressupõe que a revisão fará cair os salários dos funcionários públicos entre estes valores. Um dos meios possíveis será a não reposição dos cortes salariais e subsídios tidos como temporários.

O secretário de Estado falava num seminário do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), onde defendeu ainda a necessidade de reduzir o número de funcionários. Uma medida que visa diminuir os custos com pessoal, "que não seja baseada numa redução salarial, como aconteceu este ano e como acontecerá nos próximos dois anos", disse.

A revisão das tabelas salariais apanhou "de surpresa" o presidente do STE, Bettencourt Picanço, que se manifestou "muito preocupado": "Os trabalhadores têm mais uma razão para fazer greve porque esta é a prova de que atrás dos dois meses [corte dos subsídios de Natal e de férias] vêm mais [cortes]". ■



O secretário de Estado da Administração Pública



Função pública pára no dia 24

Governo mantém ainda a ideia de reduzir funcionários

SAIBA MAIS

GANHAM MAIS

Em Outubro, o primeiro-ministro justificou os cortes de subsídios apenas à Função Pública com o facto de estes funcionários ganharem mais 10 a 15%, em média, do que no privado.

12%

é quanto a Irlanda pretende cortar no número de funcionários públicos até 2015. Actualmente a Irlanda têm cerca de 300 mil funcionários públicos.

300 000

É o número de funcionários públicos que a Itália diz que vai despedir até 2014.

ALTERNATIVA

O ministro das Finanças disse, em Outubro, que a alternativa para o corte nos subsídios de férias e de Natal da Função Pública seria a saída de 100 mil funcionários.

Subsídio de Natal cortado

● Grande parte dos funcionários públicos começou ontem a sentir a redução nos vencimentos relativos ao mês de Dezembro, com o corte de 50 por cento no subsídio de Natal e as contribuições adicionais para a ADSE. Os primeiros a receber os salários e a constatar nas suas contas bancárias o emagrecimento dos orçamentos foram os funcionários da Presidência do

Conselho de Ministros, Finanças, Defesa Nacional, Solidariedade e Segurança Social, Negócios Estrangeiros e encargos gerais do Estado. Os funcionários dos ministérios da Administração, Justiça e Saúde também já receberam os salários de Dezembro e respectivos subsídios de Natal. Recorde-se que, com este corte, o Estado vai arrecadar 1025 milhões de euros. ■

PENSAR ALTO



JOANA AMARAL DIAS

DOCENTE UNIVERSITÁRIA

Vai longe

Agora é que é. Acredite. As coisas vão começar, finalmente, a correr bem, com banqueiros e economistas a tomarem conta de Estados, como a Grécia e a Itália. Isso sim, é outra loiça. Malta da alta finança é quem nos deve governar, até porque se trata de gente que nada tem a ver com o nível a que as coisas chegaram. Isto vai lá, sem políticos, sem executivos eleitos e com o fim da democracia representativa. Qual democracia, qual soberania. Aliás, não existe nenhuma alternativa, como revelou o pânico em que ficou Merkozy perante a possibilidade do referendo grego. E aí de quem se lembrar de consultar a vontade popular. No mínimo, é um populista pe-

Isto vai lá, sem políticos, sem executivos eleitos e com o fim da democracia representativa...

rigoso. Claro que governos nomeados pela troika, em modo golpe de Estado, são profundamente democratas. Afinal, só eles entendem e tranquilizam os mercados, quais boas mããs de um bebé gigante e insaciável. É óbvio que é bom que a governação deixe de estar ao serviço da população e passe a responder só aos credores.

Por cá, o entorse à democracia começou com um compromisso assinado por três partidos, a aplicar no dia seguinte e independentemente dos resultados das urnas. Veremos onde termina. Certo é que, por este andar, vai longe. Longe demais.

pensaralto@gmail.com